



COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS BRASILAMARRAS

CNPJ/MF nº 29.566.858/0001-08

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais es estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.S.^a o balanço patrimonial as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31/12/2011 e 2010. Permanecemos ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Niterói, 14 de março de 2012.

Pedro Fernando Maurin Krsulovic - Diretor Geral

Inigo Vicinay Mugica - Diretor Financeiro e Administrativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	325	2.255
Contas a receber e adiantamentos de clientes (Nota 4)	50.847	37.613
Impostos, taxas e contribuições a recuperar (Nota 5)	13.082	10.426
Estoques (Nota 6)	8.129	6.364
Adiantamentos a fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 7)	4.703	1.408
Terceiros	3.688	2.500
Outros créditos	197	145
Total do ativo circulante	80.971	60.711
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	3.140	-
Transações com partes relacionadas (Nota 7)	75	241
Impostos, taxas e contribuições a recuperar (Nota 5)	495	294
Depósitos judiciais e outros	30	10
	3.740	545
Imobilizado (Nota 8)	30.702	23.246
Intangível	56	32
	30.758	23.278
Total do ativo não circulante	34.498	23.823
Total do ativo	115.469	84.534

	2011	2010
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	51.380	33.743
Fornecedores e contas a pagar		
Partes relacionadas (Nota 7)	-	5.903
Terceiros	6.926	1.085
Adiantamentos de clientes	8.102	-
Salários, provisões e encargos sociais	1.624	1.229
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 10)	6.165	1.664
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 11)	3.455	-
Parcelamento de débitos fiscais (Nota 12)	1.293	1.413
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 7)	1.935	1.578
Total do passivo circulante	80.880	46.615
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	-	63
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	-	586
Parcelamento de débitos fiscais (Nota 12)	2.014	3.307
Provisão para contingências	322	-
Total do passivo não circulante	2.336	3.956
Patrimônio líquido (Nota 13)		
Capital social	15.000	15.000
Reserva de capital	30	30
Reserva de avaliação patrimonial	8.716	9.542
Reservas de lucros	8.507	9.391
	32.253	33.963
Total do passivo e do patrimônio líquido	115.469	84.534

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	8.859	30	10.368	1.772	-	32.964
Aumento de capital com reservas (Nota 13.1)	6.141	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 13.4)	-	-	(826)	-	-	(826)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.217	3.217
Constituição de reserva legal	-	-	-	161	(161)	-
Dividendos propostos (Nota 13.3)	-	-	-	-	(1.392)	(1.392)
Retenção de lucros	-	-	-	-	(1.664)	(1.664)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.000	30	9.542	1.933	7.458	33.963
Realização da reserva de reavaliação (Nota 13.4)	-	-	(826)	-	-	(826)
Pagamento de dividendos conforme aprovado em AGO de 24/08/2011.	-	-	-	-	(2.268)	(2.268)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.815	1.815
Constituição de reserva legal	-	-	-	91	(91)	-
Dividendos propostos (Nota 13.3)	-	-	-	-	(431)	(431)
Retenção de lucros	-	-	-	-	1.293	(1.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.000	30	8.716	2.024	6.483	32.253

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia. A Companhia Brasileira de Amarras - Brasilamarras ("Companhia") foi constituída em 4 de outubro de 1976 e tem por objetivo social principal a fabricação, comercialização, importação, exportação, manutenção, recuperação, instalação e conservação de amarras, âncoras e correntes em geral, podendo proceder a importação e bem assim a execução e desenvolvimento de estudos e projetos tecnológicos compatíveis com a sua linha de produção industrial e a compra e venda de marcas e patentes que se relacionem direta e indiretamente com o seu objeto social. A Companhia tem sede na rua Engenheiro Fábio Goulart, 40, na ilha da conceição, cidade de Niterói, Rio de Janeiro. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 20 de março de 2012.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Exceto quanto a prática contábil mencionada na Nota 3.10, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia não possui outros resultados abrangentes. Dessa forma, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada em separado, pois equivale à demonstração do resultado do exercício.

3. Sumário das principais práticas contábeis. **3.1. Reconhecimento das receitas e custos de construção de amarras.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos. As receitas de vendas são apropriadas no resultado com base no percentual de execução da construção das amarras, determinado através de relatório realizado pelo departamento de engenharia da Companhia e os custos de construção das amarras são apropriados ao resultado com base nos gastos efetivamente incorridos. **3.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira.** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **3.3. Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e adiantamento de fornecedores, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e adiantamento de clientes. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quanto tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação. **3.5. Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda. **3.6. Estoques.** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo o seu valor de mercado ou realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração. **3.7. Imobilizado.** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação, exceto para os itens descritos na Nota 8, que estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas mencionadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui atualmente controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; (iv) a Companhia efetuou reavaliação do ativo fixo no passado, atualizando o valor dos ativos a valor de mercado na época. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Até 31 de dezembro de 2011 não foram iden-

tificadas perdas por desvalorização de ativos. **3.9 Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.10. Outros ativos e passivos.** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. **3.11. Reserva de reavaliação.** A Companhia optou por manter até a sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de ativos imobilizados existentes na data de transição. Por conta desta opção, o valor reavaliado desses ativos passou a ser considerado o valor de custo no ativo imobilizado e a reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido continuou a ser realizada. A reserva de reavaliação está demonstrada pela reavaliação de bens do ativo imobilizado, demonstrados na Nota 8, efetuada em dezembro de 2006, com base em laudos emitidos por avaliadores independentes. A realização da reserva ocorre na proporção em que o ativo é depreciado ou alienado e está sendo reconhecida no resultado do exercício, conforme divulgado na Nota 13.4, o que está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estabelecem que a realização da reserva de reavaliação seja reconhecida na conta de lucros acumulados. Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os efeitos da reavaliação não foram reconhecidos nos livros contábeis. **3.12. Impostos.** Impostos sobre vendas. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS 19% Programa de Integração Social - PIS de 0.65 a 1.65% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS de 3.00 a 7.60% Imposto Sobre Serviços - ISS 2% Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social - corrente. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Imposto de renda e contribuição social - diferido. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autori-

	2011	2010
Contas a receber	2.522	(2.522)
Vicinay Marine S.L.	4.399	-
Vicinay Caldenas S.A.	23.904	4.399
Petrobras Netherlands	20.725	16.730
Single Buoy Mooring Inc.	-	(9.709)
Petroleum Supply Company	-	11.016
Petróleo Brasileiro S.A.	18.951	-
SEAPOS BV (Shell)	311	2.841
	70.812	3.116
	(24.731)	46.081
		50.238
		(15.308)
		34.930

	2011	2010
5. Impostos, taxas e contribuições a recuperar	2011	2010
ICMS	5.992	4.628
PIS a compensar	991	869
COFINS a compensar	4.754	3.727
IRPJ e CSLL a compensar	1.704	1.351
Outros	136	145
	13.577	10.720
Parcela de curto prazo	13.082	10.426
	495	294
	13.577	10.720

	2011	2010
6. Estoques	2011	2010
Matérias-primas	6.492	5.910
Material intermediário	98	136
Acessórios para amarras	93	93
Importações em andamento	910	306
Outros	536	12
	8.129	6.364

7. Transações com partes relacionadas. A Companhia mantém operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido se tais transações fossem realizadas com partes não relacionadas. Em 31 de dezembro, os saldos e transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

	Ativo circulante	Ativo não circulante
	2011	2010
Contas a receber/adiantamentos de clientes		
Vicinay Caldenas S.A.	4.455	6.405
Vicinay Marine Sociedad Limitada	-	-
	4.455	6.405
Adiantamentos a fornecedores		
Foshan Marine Anchor Chain Ltd.	1.895	389
Servicios Integrales Vicinay S.A.	1.786	666
Vicinay Caldenas S.A.	1.022	353
Vicinay Marine Sociedad Limitada	-	-
	4.703	1.408
Empréstimos de mútuo		
Marajó Com. e Representações Ltda.	-	-
Parati Empreendimentos Navais S.A.	-	-
Gaia Incorporações Ltda	-	-
	-	75
	-	75
	9.158	7.813
	75	241
	9.158	7.813

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações expresso em reais)

	2011	2010
Receita líquida	73.009	66.262
Custos dos produtos vendidos	(48.837)	(53.528)
Lucro bruto	24.172	12.734
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(4.134)	(2.937)
Despesas gerais e administrativas	(7.378)	(7.749)
Honorários e gratificações dos administradores	(1.495)	(1.226)
Receitas financeiras	5.666	12.369
Despesas financeiras	(16.247)	(11.600)
Outras receitas operacionais, líquidas	960	2.212
	(22.628)	(8.931)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.544	3.803
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	271	(586)
Lucro líquido do exercício	1.815	3.217
Lucro por lote de mil ações ao final do exercício	R\$ 1,21	R\$ 2,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.815	3.217
Ajustes por		
Depreciação e amortização	2.167	2.218
Juros e variação cambial sobre empréstimos	12.797	(1.373)
Valor residual de ativo imobilizado baixado e outros	106	71
Contingência	322	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.726)	586
	13.481	4.719

(Aumento) redução de ativos
Contas a receber e adiantamentos de clientes (5.132) (5.003)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar (2.857) (4.905)
Estoques (1.765) 2.004
Adiantamento a fornecedores (4.483) (1.028)
Transações com partes relacionadas a receber 166 1.323
Outros ativos circulantes e não circulantes (72) (101)
Aumento (redução) de passivos
Fornecedores e contas a pagar (62) (1.548)
Parcelamento de débitos fiscais (1.413) (98)
Salários, provisões e encargos sociais 395 (829)
Impostos, taxas e contribuições 7.956 1.468
Transações com partes relacionadas - 2.488
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais 6.214 (1.510)
Fluxos de caixa das atividades de investimento
Compra de ativo imobilizado (9.753) (4.912)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento (9.753) (4.912)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Captação de empréstimos e financiamentos 40.556 45.715
Liquidação de empréstimos e financiamentos (35.779) (35.807)
Realização da reserva de reavaliação (826) (826)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (2.342) (1.907)
Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de investimento 1.609 7.175
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa (1.930) 753
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 325 2.255
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 2.255 1.502
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa (1.930) 753
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

dade tributária. **3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos e passivos monetários sobre os quais o ajuste a valor presente seria relevante. **3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) impostos; (iii) valor justo de instrumentos financeiros; e (iv) provisões. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, e apresentou uma provisão de R\$ 322, em função de ações com expectativa de perda provável. **3.15. Fluxo de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

	2011	2010
4. Contas a receber e adiantamentos de clientes		
Partes relacionadas (Nota 7)		
Valores a		

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Itens reavaliados	Edifícios e estruturas metálicas	Cais e carreiras	Máquinas e acessórios	Guindastes e pontes rolantes	Benfeitorias em terrenos	Terrenos	Total
Custo reavaliado							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	8.143	239	10.679	534	334	1.035	20.964
Adições	-	-	2.943	52	-	-	2.995
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.143	239	13.622	586	334	1.035	23.959
Adições	-	-	342	-	-	-	342
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.143	239	13.964	586	334	1.035	24.301
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(977)	(29)	(2.856)	(143)	(40)	-	(4.045)
Depreciação no exercício	(326)	(10)	(1.288)	(53)	(13)	-	(1.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(1.303)	(39)	(4.144)	(196)	(53)	-	(5.735)
Depreciação no exercício	(326)	(10)	(1.364)	(58)	(14)	-	(1.772)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(1.629)	(49)	(5.508)	(254)	(67)	-	(7.507)
Valor residual							
31 de dezembro de 2010	6.840	200	9.478	390	281	1.035	18.224
31 de dezembro de 2011	6.514	190	8.456	332	267	1.035	16.794

Itens não reavaliados	Veículos	Moldes e geradores	Móveis e Equip. proc. equipamentos	Instalações	Outros	Obras em andamento e ad. a fornec.	Total
Custo reavaliado							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.712	785	446	428	504	672	8.462
Adições	54	176	172	25	-	-	1.917
Baixas	(84)	-	(2)	-	-	-	(86)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.682	961	616	453	504	672	10.293
Adições	-	175	42	159	-	-	9.363
Baixas	-	-	-	-	-	-	(106)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.682	1.136	658	612	504	672	12.286
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(2.966)	(243)	(208)	(293)	(478)	(566)	(4.754)
Depreciação no exercício	(283)	(85)	(46)	(53)	(4)	(48)	(519)
Baixas	-	-	2	-	-	-	2
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.249)	(328)	(252)	(346)	(482)	(614)	(5.271)
Depreciação no exercício	(147)	(84)	(54)	(55)	(3)	(28)	(371)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(3.396)	(412)	(306)	(401)	(485)	(642)	(5.642)
Valor residual							
31 de dezembro de 2010	433	633	364	107	22	58	5.022
31 de dezembro de 2011	286	724	352	211	19	30	13.908

Em dezembro de 2006, a Companhia procedeu a uma reavaliação de alguns bens de seu ativo imobilizado, com base em laudo técnico emitido por empresa especializada independente. O resultado desta reavaliação foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente, com contrapartida na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Não foram reconhecidos os tributos diferidos incidentes. A realização da referida reserva ocorrerá na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram. A Companhia não concedeu garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

9. Empréstimos e financiamentos

	2011	2010
Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC)		
Banco Real	-	7.781
Banco Itaú S.A.	8.823	5.556
Banco do Brasil	9.457	7.280
Banco Bradesco	3.934	3.361
Banco Citibank	7.621	6.717
Banco Fibra	4.191	2.576
Banco HSBC S/A	2.852	-
Banco Santander	7.325	-
Banco Sofisa	1.916	-
Financiamento de Importação (FINIMP)		
Banco do Brasil	3.815	-
Capital de Giro		
Banco Bradesco	1.383	366
Leasing		
Banco Itauleasing S.A.	20	34
BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	43	72
Total circulante	51.380	33.743
Leasing		
Banco Itauleasing S.A.	-	20
BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	43
Capital de Giro		
Banco Bradesco S.A.	-	-
Total não circulante	-	63

Os adiantamentos de contrato de câmbio possuem prazo de vencimento a curto prazo e estão sujeitos a encargos financeiros que variam de 2,90% a 9,20% a.a., acrescidos de variação cambial do dólar norte-americano. Os contratos de financiamento de importação (FINIMP) estão sujeitos a encargos financeiros de 1,6% a.a. acima da Libor de 12 meses, e possuem prazo de vencimento a curto prazo. Os empréstimos obtidos na modalidade de capital de giro estão sujeitos aos encargos financeiros de 1,65% a.m. com vencimento em 2012. Durante o exercício de 2009, a Companhia contratou financiamento na modalidade leasing, com encargos financeiros que variam de 1,20% a 1,58% a.m, sendo R\$ 106 vencíveis em 2011 e R\$ 63 vencíveis em 2012. Em garantia aos empréstimos de capital de giro foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios.

10. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2011	2010
Tributos sobre vendas a faturar	5.894	1.215
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	209
IRRF sobre folha de pagamento	197	169
IRRF sobre terceiros	50	56
ICMS a recolher	22	4
Outros	2	11
	6.165	1.664

11. Impostos de renda e contribuição social. 11.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) oriundos de:		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	206
Adições temporárias:		
Varição cambial ativa	(573)	(2.288)
Varição cambial passiva	3.604	1.496
Contingência	109	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.140	(586)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. **11.2. Conciliação do imposto de renda ("IRPJ") e da contribuição social ("CSLL") debitados (creditados) ao resultado do período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.**

	31/12/11	31/12/10
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	1.544	3.803
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	525	1.293
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:		
Variação cambial	3.031	(1.335)
Despesas não dedutíveis	66	107
Provisão para contingências	109	-
Compensação do prejuízo fiscal	(208)	(40)
Outros	(68)	(25)
Total da despesa com IRPJ e CSLL	3.455	-
IRPJ e CSLL correntes	3.455	-
IRPJ e CSLL diferidos	(3.140)	586
12. Parcelamento de débitos fiscais	2011	2010
Circulante		
IRPJ	513	513
CSLL	179	179
ICMS	601	721
	1.293	1.413
Não circulante		
IRPJ	769	1.282
CSLL	268	447
ICMS	977	1.578
	2.014	3.307
Total	3.307	4.720

Durante o exercício de 2005, a Companhia obteve parcelamentos de ICMS junto a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, relativo a débitos oriundos do exercício de 2004 e janeiro de 2005. Os referidos débitos, no montante total de R\$ 2.648 considerando principal e multa de mora, foram também parcelados em 60 parcelas, com vencimento final em fevereiro de 2010, e estão sujeitos a atualização base na UFIR-RJ. Em dezembro de 2008 a Companhia obteve novo parcelamento de ICMS junto a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, relativos a débitos oriundos do exercício de 2008. Os referidos débitos, no montante total de R\$ 2.033 considerando principal e multa de mora, foram também parcelados em 60 parcelas, com vencimento final em dezembro de 2013, e estão sujeitos a atualização base na UFIR-RJ. Em agosto de 2009 a Companhia obteve parcelamento de IRPJ e CSLL junto à Secretaria da Receita federal. Os referidos tributos tiveram seu fato gerador em 2008 e totalizam R\$ 3.458 de principal, multa de mora e juros. O parcelamento foi concedido para pagamento em 60 parcelas, com vencimento final em julho de 2014, corrigidas pela variação da SELIC. Em novembro de 2010, a Companhia obteve parcelamentos de ICMS junto a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, relativo a débitos oriundos do próprio exercício. Os referidos débitos, no montante total de R\$ 2.648 considerando principal e multa de mora, foram também parcelados em 60 parcelas, com vencimento final em novembro de 2015, e estão sujeitos a atualização base na UFIR-RJ. **13. Patrimônio líquido. 13.1. Capital social.** Em 3 de agosto de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 6.141, através da emissão de 614.118.690 novas ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real), levado à conta de reserva de lucros. Em 17 de agosto de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária, as sociedades Parati Empreendimentos e Participações S.A. ("Parati") e Marajó Comércio e Representações Ltda. ("Marajó") foram incorporadas pela Companhia nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como consequência, as ações da Companhia, detidas pela Marajó Comércio e Representações Ltda, passaram à titularidade de Vicinay Marine Sociedad Limitada. Nesta mesma Assembleia Extraordinária o capital social da Companhia foi mantido em R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) sem a emissão de novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O patrimônio líquido da Parati e Marajó foi avaliado em 31 de agosto de 2011 com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 11.270 e R\$ 11.264, respectivamente, conforme Laudo de Avaliação Contábil para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	Parati	Marajó
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	3	-
Investimentos a recuperar	3	74
Investimentos	11.264	11.190
Total dos ativos incorporados	11.270	11.264
Patrimônio Líquido	11.270	11.264
Os saldos do investimento da Parati e Marajó junto a Companhia foram eliminados pela incorporação. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 15.000, e está representado por 1.500.000.000		

ações ordinárias, todas sem valor nominativo, distribuídas da seguinte forma:

	2011	2010
Marajó Comércio e Representação Ltda. (domiciliado país)	-	764.998.350
Vicinay Marine Sociedad Limitada. (domiciliado exterior)	1.499.998.590	735.000.240
Outros	1.410	1.410
	1.500.000.000	1.500.000.000

13.2. Reserva legal. É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **13.3. Juros sobre capital próprio e dividendos.** Não há proposta para destinação de Juros sobre capital próprio em 2011 (R\$ 1.392 em 2010). Os juros sobre capital próprio foram calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio foram revertidos de despesas financeiras e estão sendo apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido e imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Em 24 de agosto de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária arquivada na JUCERJA sob o nº 2255371, foi aprovada a distribuição de dividendos pelo valor de R\$ 2.268, reduzindo o saldo da reserva de retenção de Lucros. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro, os dividendos mínimos foram calculados como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	1.815	3.217
Apropriação à reserva legal (5%)	(91)	(161)
Lucro líquido ajustado	1.724	3.056
(x) dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	431	764
Dividendos propostos		
Sob a forma de juros sobre capital próprio	-	1.392
Dividendos adicionais	-	-
Total	431	1.392
Percentual de constituição	25%	45,6%

13.4. Ajustes de avaliação patrimonial (reserva de reavaliação). Conforme mencionado na Nota 8, em dezembro de 2006, a Companhia procedeu à reavaliação de alguns bens de seu ativo imobilizado com base em laudo de avaliação preparado por peritos especializados. A diferença entre os valores da avaliação patrimonial e o valor contábil na data da reavaliação foi creditada diretamente ao patrimônio líquido, na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial". A realização da reserva de reavaliação no exercício de 2011, no montante de R\$826 (R\$ 826 em 2010), foi registrada a crédito da rubrica de outras receitas operacionais. A realização desta reserva ocorre na proporção em que o ativo é depreciado ou alienado. A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação, caso tivesse sido calculada e registrada em 31 de dezembro de 2011 e 2010, seria de R\$ 2.963 e R\$ 3.244, respectivamente. Os Administradores da Companhia decidiram pela manutenção do saldo existente da reserva de reavaliação até sua efetiva realização, em conformidade com a faculdade permitida no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) "CPC 13". **13.5. Reserva de retenção de lucros.** Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia destinou integralmente o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, nos montantes de R\$ 1.283 e R\$ 1.664, respectivamente, para a reserva de retenção de lucros. **14. Compromissos - responsabilidade por garantia de fabricação.** A Companhia concede garantia para os equipamentos de sua fabricação pelo prazo médio de doze meses, a partir da data em que foram colocados à disposição do cliente. A Companhia não tem histórico de reclamações por falhas técnicas dessa natureza.

	31/12/2011	31/12/2010
15. Receita Líquida		
Venda mercado interno	33.497	10.744
Venda mercado externo	49.571	58.491
Venda de serviços	6	7
Receita Bruta de Serviços	83.074	69.242
Deduções da receita	(10.065)	(2.980)
Receita líquida	73.009	66.262

16. Instrumentos financeiros. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber - são classificadas como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Fornecedores - decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de serviços, equipamentos e peças para manutenção, e matérias-primas com preços praticados a valores de mercado. • Empréstimos e financiamentos - são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. • Derivativos - em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011, bem como os créditos para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **Risco de taxa de câmbio.** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores capturados no mercado. Conforme descrito na Nota 10, a Companhia possui adiantamentos de contratos de câmbio indexados em dólares norte-americanos. A Companhia não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual variação significativa da taxa de câmbio do dólar norte-americano. Entretanto, tendo em vista possuir em carteira contratos de venda em dólar norte-americano em valores superiores ao passivo nesta moeda, a exposição e o risco decorrente dessas flutuações é reduzido significativamente. **Risco de taxa de juros.** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos capturados no mercado. Considerando o perfil da dívida da Companhia, a Administração considera o risco a variações nas taxas de juros como não relevante. **Risco de crédito.** Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e as contas a receber da Companhia. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber são concentradas substancialmente em clientes com reputação e solidez. A administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber. **17. Seguros.** A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2011:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	1.900
Riscos operacionais	2.000
Riscos diversos	12.915
Lucro cessante	2.200

Pedro Fernando Maurin Krsulovic Diretor Geral | Iñigo Vicinay Múgica Diretor Financeiro e Administrativo | Marcos de Arimatea Leite Controller / Contador - CRC-RJ 076959/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Brasileira de Amarras - BRASILAMARRAS.** Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Amarras - Brasilamarras ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.** Conforme divulgado na nota explicativa 13.4, a Companhia reconheceu a realização da reserva de reavaliação em contrapartida ao resultado do exercício de 2011, no montante de R\$ 826 mil (R\$ 826 mil em 2010). O procedimento adotado está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estabelecem que a realização da reserva de reavaliação contabilizada até 31 de dezembro de 2009, seja reconhecida na conta de lucros acumulados. Consequentemente, o lucro líquido do exercício de 2011 está registrado a maior naquele montante (a maior em R\$ 826 mil em 2010), sem efeito no patrimônio líquido. Conforme divulgado na nota explicativa 13.4, a Companhia não contabilizou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2011, no montante R\$ 2.963 mil (R\$ 3.244 mil em 2010), calculada sobre a reserva de reavaliação de ativos em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido está superavaliado e o passivo não circulante subavaliado pelo referido valor (R\$ 3.244 mil em 2010). **Opinião com ressalva.** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira e Amarras - Brasilamarras em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 20 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S. | **Gláucio Dutra da Silva** Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4 | CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ